

CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE ALEXANDRINO

Estudo Técnico Preliminar 31/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63191002378202613

2. Descrição da necessidade

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) dispõe de cozinha industrial responsável pela produção diária de refeições destinadas a aproximadamente 3.000 (três mil) militares, servidores civis e alunos em formação, constituindo atividade essencial ao apoio logístico e à manutenção das atividades institucionais da Organização Militar.

O fornecimento de alimentação regular e adequada insere-se no âmbito das atividades finalísticas da Administração Militar, sendo indispensável à manutenção da capacidade operacional, ao bem-estar do efetivo e à regularidade dos processos de ensino e formação conduzidos pelo CIAA.

Nesse contexto, o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) apresenta-se como insumo crítico e insubstituível para o funcionamento da cozinha industrial, sendo utilizado de forma contínua e intensiva nos processos de preparo de alimentos. A eventual interrupção no fornecimento desse insumo compromete diretamente a prestação do serviço de alimentação, com potencial impacto negativo sobre a rotina institucional e o interesse público envolvido.

O consumo médio mensal de GLP é estimado em aproximadamente 8.000 kg, perfazendo um consumo anual estimado de 96.000 kg, conforme histórico de consumo da unidade e dimensionamento da demanda operacional.

Diante disso, a contratação visa assegurar o fornecimento contínuo, regular e seguro de GLP, de modo a garantir a continuidade do serviço público essencial de alimentação, evitando desabastecimentos e riscos à execução das atividades institucionais.

A presente necessidade encontra fundamento nos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, bem como no disposto no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece como objetivos do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração e garantir a adequada prestação do serviço.

Adicionalmente, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, a presente descrição da necessidade justifica a contratação pretendida, evidenciando o interesse público envolvido e a imprescindibilidade do objeto para o atendimento da demanda administrativa.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é pacífica no sentido de que contratações destinadas à manutenção de atividades essenciais devem ser devidamente justificadas e planejadas, de modo a assegurar a continuidade do serviço público e mitigar riscos de desabastecimento (Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário e nº 2.622/2013-Plenário).

Assim, resta caracterizada a necessidade da contratação como medida indispensável ao funcionamento regular da Administração, à continuidade das atividades institucionais e à preservação do interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Subsistência	Vanda de Oliveira da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Nos termos do art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, este item descreve os requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, sustentabilidade e adequação ao interesse público.

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1. Requisitos Técnicos

- Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, em conformidade com as especificações da Agência Nacional do Petróleo – ANP, garantindo padrões de qualidade e segurança, conforme art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 (seleção da proposta mais vantajosa);
- Disponibilização de tanque estacionário compatível com a demanda, observando normas da ABNT, em especial a NBR 15526 e correlatas, garantindo padronização e desempenho mínimo, nos termos do art. 40, inciso I;
- Instalação e manutenção realizadas por profissional habilitado, com emissão de ART, assegurando responsabilidade técnica, conforme exigência de qualificação técnica (art. 67, inciso I);
- Garantia de compatibilidade com os equipamentos existentes, evitando soluções ineficazes ou antieconômicas, em observância ao princípio da eficiência (art. 5º).

4.2. Requisitos Operacionais

- Fornecimento contínuo e ininterrupto, garantindo a manutenção das atividades essenciais da Administração, conforme o princípio da continuidade do serviço público (art. 5º);
- Definição de prazos máximos para atendimento de demandas ordinárias e emergenciais, assegurando eficiência e economicidade (art. 11, caput);
- Realização de manutenção preventiva e corretiva do sistema, como condição para adequada execução contratual (art. 92, inciso I);
- Monitoramento de consumo e abastecimento, garantindo controle e transparência na execução (art. 5º e art. 11).

4.3. Requisitos de Segurança

- Atendimento às normas de segurança aplicáveis, incluindo a NR-20, garantindo a proteção à vida, à integridade física e ao patrimônio público, em conformidade com o princípio da segurança e da prevenção (art. 5º);
- Cumprimento das exigências do Corpo de Bombeiros e demais autoridades competentes;
- Fornecimento de FISPQ e orientações técnicas, garantindo o uso seguro do produto;
- Responsabilidade da contratada pela integridade do sistema até o ponto de entrega, conforme regras de execução contratual (art. 92).

4.4. Requisitos Legais e Regulatórios

- A contratada deverá possuir autorização da ANP para exercício da atividade, como condição de habilitação técnica (art. 67);
- Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme art. 62;
- Observância da legislação ambiental e demais normas aplicáveis, conforme art. 5º (legalidade e desenvolvimento nacional sustentável);
- Atendimento integral às condições estabelecidas no edital e contrato (art. 89 e art. 92).

4.5. Requisitos de Sustentabilidade

- A contratação deverá observar o desenvolvimento nacional sustentável, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
- Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, em conformidade com o art. 11, inciso IV;
- Destinação adequada de resíduos e prevenção de vazamentos, alinhada à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Preferência por soluções mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental.

4.6. Requisitos de Gestão Contratual

- Indicação de preposto pela contratada, conforme art. 117;
- Fiscalização do contrato por representante da Administração, conforme art. 117 e art. 120;
- Apresentação de relatórios de execução, garantindo transparência e controle (art. 5º);
- Responsabilização da contratada por danos causados, conforme art. 121;
- Previsão de sanções administrativas em caso de inexecução, conforme art. 156.

4.7. Critérios de Aceitação do Objeto

- O objeto será recebido conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- Verificação da conformidade com as especificações técnicas e normativas;
- Possibilidade de rejeição, no todo ou em parte, em caso de desconformidade;
- Obrigação da contratada de sanar irregularidades, sob pena de aplicação de sanções (art. 156)

5. Levantamento de Mercado

Nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, avaliando alternativas sob os aspectos de viabilidade técnica, econômica e operacional, bem como a adequação ao interesse público.

O levantamento também observa o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à obtenção de parâmetros para estimativa de preços.

5.1. Metodologia do Levantamento

O levantamento foi realizado por meio de:

- Consulta a contratações similares em outros órgãos da Administração Pública (Painel de Preços, Compras.gov.br), conforme art. 23, §1º, inciso II;
- Pesquisa junto a fornecedores do ramo, conforme art. 23, §1º, inciso IV;
- Análise de soluções disponíveis no mercado especializado;
- Verificação de práticas adotadas por organizações militares e unidades com cozinha industrial de grande porte.

A metodologia adotada visa garantir a seleção da solução mais vantajosa, conforme art. 11, inciso I.

5.2. Soluções Identificadas no Mercado

Foram identificadas as seguintes alternativas para fornecimento de GLP:

a) Fornecimento por meio de botijões (P45 ou similares)

- Entrega fracionada em recipientes transportáveis;
- Necessidade de armazenamento manual;
- Maior frequência de trocas;
- Maior risco operacional no manuseio.

b) Fornecimento de GLP a granel com tanque estacionário

- Abastecimento direto em tanque fixo;
- Menor necessidade de manuseio;
- Maior autonomia operacional;
- Monitoramento contínuo de consumo;
- Redução de riscos logísticos.

c) Contratação integrada com fornecimento, instalação e manutenção

- Fornecimento contínuo de GLP a granel;
- Disponibilização de tanque em comodato;
- Inclusão de manutenção preventiva e corretiva;
- Monitoramento e suporte técnico.

5.3. Análise Comparativa das Soluções

CRITÉRIO	BOTIJÕES P45	GLP A GRANEL	SOLUÇÃO INTEGRADA
SEGURANÇA	MÉDIA	ALTA	ALTA
LOGÍSTICA	COMPLEXA	SIMPLIFICADA	SIMPLIFICADA
CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO	BAIXA	ALTA	ALTA
CUSTO OPERACIONAL	ELEVADO	REDUZIDO	OTIMIZADO
ADEQUAÇÃO À DEMANDA	LIMITADA	ALTA	ALTA

A análise demonstra que a solução de GLP a granel com suporte técnico integrado apresenta maior aderência aos princípios da eficiência e economicidade (art. 5º e art. 11).,

5.4. Justificativa da Solução Escolhida

A solução de fornecimento de GLP a granel com tanque estacionário e serviços associados foi considerada a mais vantajosa, pelos seguintes motivos:

- Redução de riscos operacionais e de acidentes;
- Garantia de abastecimento contínuo;
- Menor custo logístico e operacional ao longo do contrato;
- Maior eficiência no controle de consumo;
- Adequação à escala de produção da cozinha industrial;
- Alinhamento com boas práticas adotadas na Administração Pública.

Tal escolha atende ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa (art. 11, inciso I) e à adequada definição da solução (art. 18).

5.5. Análise da Competitividade do Mercado

O mercado de fornecimento de GLP é caracterizado pela existência de diversos fornecedores autorizados pela ANP, o que:

- Assegura competitividade ao certame;
- Permite ampla participação de licitantes;
- Favorece a obtenção de melhores condições comerciais.

A contratação, portanto, não apresenta restrição indevida à competitividade, em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Conclusão do Levantamento

O levantamento de mercado demonstrou que a solução de fornecimento de GLP a granel, com disponibilização de tanque estacionário e serviços de suporte, é:

- Tecnicamente viável;
- Economicamente vantajosa;
- Operacionalmente adequada às necessidades do CIAA.

Dessa forma, a solução escolhida atende plenamente às exigências legais e aos princípios da administração Pública previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, a solução escolhida foi definida de forma integrada, contemplando todos os elementos necessários ao atendimento da necessidade administrativa, com base em critérios técnicos, operacionais e econômicos.

A definição da solução observa, ainda, o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União quanto à necessidade de adequado planejamento das contratações públicas e escolha da solução mais vantajosa.

6.1. Descrição Geral da Solução

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, incluindo:

- Fornecimento do combustível;
- Disponibilização de tanque estacionário em regime de comodato;
- Instalação completa do sistema (quando necessário);
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Monitoramento de consumo;
- Abastecimento periódico e sob demanda;
- Atendimento emergencial.

Trata-se de solução integrada, que abrange não apenas o fornecimento do insumo, mas toda a infraestrutura necessária à sua utilização segura e contínua.

6.2. Elementos da Solução

A solução contempla:

- Fornecimento de GLP a granel, conforme normas da ANP;
- Infraestrutura de armazenamento, com tanque estacionário adequado;
- Instalação e adequação técnica, com emissão de ART;
- Operação contínua e abastecimento sob demanda;
- Manutenção e suporte técnico especializado.

6.3. Modelo de Execução da Solução

A execução contratual será de natureza continuada, com fornecimento parcelado de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), de acordo com a demanda da Administração, observando critérios de eficiência, continuidade do serviço público e adequação operacional, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, e art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

A execução observará as seguintes condições:

6.3.1. Forma de Fornecimento

- O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade mensal da Contratante;
- O prazo de entrega do produto será de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho correspondente;
- O abastecimento dos recipientes deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da solicitação formal (Nota de Empenho ou requisição equivalente), respeitados os quantitativos mínimos e máximos definidos pela Administração.

6.3.2. Infraestrutura e Equipamentos

- A Contratada deverá disponibilizar 20 (vinte) recipientes com capacidade de 190 kg (P190), adequados ao armazenamento de GLP a granel;
- Os recipientes deverão ser fabricados e certificados conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- A instalação dos recipientes deverá observar todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

6.3.3. Instalação, Manutenção e Retirada

- A instalação, manutenção preventiva e corretiva dos recipientes será de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para a Administração;
- A manutenção compreende mão de obra, fornecimento de peças e quaisquer insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema;
- Ao término do contrato, a retirada dos recipientes será de responsabilidade da Contratada, devendo ocorrer somente após o completo esvaziamento, sem gerar custos para a Administração.

6.3.4. Condições de Execução do Abastecimento

- O abastecimento deverá ser realizado por profissionais devidamente habilitados;
- A operação somente poderá ser executada por empresa distribuidora de GLP autorizada pela ANP, conforme regulamentação vigente;
- Os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, em dias úteis, no horário de expediente da Contratante (08h às 16h), salvo necessidade justificada;
- A Contratada será integralmente responsável por quaisquer danos, avarias ou acidentes decorrentes da execução dos serviços, inclusive aqueles relacionados à segurança do trabalho.

6.3.5. Local de Execução

- Os bens e serviços deverão ser prestados na Divisão de Subsistência do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), localizado na Avenida Brasil, nº 10.946, Penha, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21012-350, CNPJ nº 00.394.502/0191-63.

6.3.6. Fundamentação Legal e Jurisprudencial

A definição do modelo de execução observa:

- Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021 (modelo de execução do objeto);
- Art. 92 (condições de execução contratual);
- Princípios da eficiência e continuidade do serviço público (art. 5º).

6.3.7. Considerações Finais do Modelo de Execução

O modelo adotado assegura:

- Continuidade no fornecimento de insumo essencial;
- Segurança operacional;
- Eficiência logística;
- Adequação à demanda da cozinha industrial;
- Redução de riscos de desabastecimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa do consumo mensal de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) foi apurada com base no histórico recente de utilização, que indica uma média aproximada de **6.000 kg/mês**.

Entretanto, para fins de planejamento da contratação, adotou-se o quantitativo de **8.000 kg/mês**, considerando a necessidade de assegurar margem de segurança operacional, conforme boas práticas de gestão pública e planejamento de contratações.

A diferença entre o consumo médio histórico e o quantitativo estimado justifica-se pelos seguintes fatores:

- **Variações na demanda operacional:** O CIAA atende a um público variável de militares, servidores e alunos, podendo haver aumento no efetivo em períodos específicos, como cursos, estágios e incorporações;
- **Atividades extraordinárias:** Realização de eventos institucionais, formaturas, operações ou treinamentos intensivos que impactam diretamente o volume de refeições produzidas;
- **Sazonalidade e oscilações de consumo:** Alterações no cardápio, maior utilização de equipamentos térmicos e variações operacionais podem elevar o consumo de GLP em determinados períodos;
- **Prevenção de desabastecimento:** Por se tratar de insumo essencial à preparação de alimentos, a adoção de quantitativo superior ao consumo médio visa mitigar o risco de interrupção no fornecimento, garantindo a continuidade do serviço público;
- **Fornecimento sob demanda:** Ressalta-se que o pagamento será realizado conforme o consumo efetivo, não gerando ônus adicional à Administração caso o consumo real permaneça próximo da média histórica.

Dessa forma, a adoção do quantitativo de **8.000 kg/mês** revela-se medida prudente, tecnicamente justificada e alinhada aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

ANO	EMPENHOS	KG	VALOR TOTAL
2024	122 837 909 1677	64.110	R\$ 304.515,90
2025	97 109 163 691 711 760 807 1029 1619	76.062	R\$ 385.636,82

Justificativa da Estimativa

A estimativa considera:

- o histórico de consumo efetivo da unidade;
- a estabilidade do número de usuários atendidos;
- a natureza contínua da atividade de preparo de refeições;
- a inexistência de previsão de redução significativa da demanda no período da contratação.

Adicionalmente, a estimativa contempla margem técnica implícita suficiente para absorver variações sazonais de consumo, como aumento pontual do efetivo, atividades extraordinárias ou intensificação do uso da cozinha industrial.

Ressalta-se que a definição do quantitativo buscou equilibrar:

- a necessidade de garantir a continuidade do fornecimento;
- a economicidade da contratação;
- a mitigação de riscos de desabastecimento.

Conclusão

Dessa forma, estima-se como quantitativo adequado para a contratação o volume total de 96.000 kg de GLP, a ser fornecido de forma parcelada, conforme demanda da Administração, durante o período contratual.

Tal estimativa mostra-se compatível com as necessidades da unidade e adequada ao planejamento da contratação, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 546.240,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de preços realizada por meio de fontes oficiais e contratações públicas similares.

Foram utilizadas, prioritariamente, as seguintes fontes:

- Painel de Preços do Governo Federal, com levantamento de contratações recentes de fornecimento de GLP a granel por órgãos e entidades da Administração Pública;
- Contratações similares de Organizações Militares, especialmente aquelas com perfil de consumo equivalente ao do CIAA;
- Consulta a fornecedores do mercado, devidamente autorizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), para validação dos preços praticados.

A partir das informações coletadas, apurou-se o valor médio estimado de aproximadamente R\$ 5,69 por kg de GLP, considerando as variações regionais e logísticas aplicáveis.

Com base no quantitativo estimado anual de 96.000 kg, o valor total estimado da contratação perfaz o montante de aproximadamente R\$ 546.240,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta reais).

Ressalta-se que a metodologia adotada buscou refletir os preços praticados no mercado, garantindo a compatibilidade com os valores de referência da Administração Pública e observando os princípios da economicidade e da vantajosidade.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade, desde que técnica e economicamente viável e que não haja prejuízo ao conjunto da solução ou à sua execução.

9.1. Análise da Possibilidade de Parcelamento

O objeto da presente contratação consiste no fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, incluindo:

- Fornecedor do insumo;
- Disponibilização de recipientes/tanque (P190);
- Instalação, manutenção e suporte técnico;
- Abastecimento periódico.

A análise técnica indica que tais elementos são intrinsecamente interdependentes, compondo uma solução única e integrada.

9.2. Inviabilidade Técnica do Parcelamento

O parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente viável pelos seguintes motivos:

- Interdependência dos serviços: o fornecimento do GLP depende diretamente da infraestrutura de armazenamento e do sistema de abastecimento;
- Risco à segurança operacional: a divisão entre diferentes fornecedores poderia comprometer a integridade do sistema, aumentando riscos de falhas, vazamentos ou acidentes;
- Incompatibilidade técnica: equipamentos e sistemas de diferentes fornecedores podem não ser compatíveis entre si;
- Dificuldade na atribuição de responsabilidades: eventual falha no sistema poderia gerar conflito entre fornecedores distintos.

9.3. Inviabilidade Econômica do Parcelamento

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso:

- Perda de economia de escala;
- Aumento de custos logísticos e operacionais;
- Possível elevação do preço unitário do GLP;
- Maior custo administrativo na gestão de múltiplos contratos.

A contratação integrada permite maior eficiência e redução de custos globais.

9.4. Impacto na Eficiência e na Gestão Contratual

A não adoção do parcelamento contribui para:

- Simplificação da gestão contratual;
- Maior eficiência na fiscalização;
- Responsabilização clara de um único contratado;
- Redução de riscos operacionais e administrativos.

9.5. Análise da Competitividade

Apesar da não divisão do objeto, verifica-se que:

- O mercado de GLP possui diversos fornecedores autorizados pela ANP;
- A exigência de solução integrada é prática comum no setor;
- Não há restrição indevida à competitividade.

9.6. Jurisprudência do TCU

O entendimento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que o parcelamento deve ser adotado sempre que possível, desde que não prejudique a solução:

“O parcelamento do objeto deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, devendo sua não adoção ser devidamente justificada.”

(Acórdão 2.471/2008 – Plenário)

“A divisão do objeto não pode comprometer a funcionalidade, a eficiência ou a segurança da solução contratada.”

(Acórdão 1.214/2013 – Plenário)

“A Administração deve demonstrar, de forma motivada, a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento.”

(Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

No presente caso, a inviabilidade do parcelamento está devidamente demonstrada sob os aspectos técnico e econômico.

9.7. Integração com o Termo de Referência (TR)

A decisão pela não adoção do parcelamento será refletida no TR:

- Objeto definido de forma integrada;
- Modelo de execução unificado;
- Responsabilização de único fornecedor;
- Critérios de medição e pagamento centralizados.

Tal alinhamento evita inconsistências entre ETP e TR e atende ao princípio do planejamento (art. 5º).

9.8. Conclusão

Diante da análise realizada, conclui-se que o parcelamento do objeto não é técnica nem economicamente viável, sendo a contratação integrada a solução mais adequada para atender ao interesse público.

A decisão encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do TCU, estando devidamente motivada e alinhada às boas práticas de governança em contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, devem ser identificadas as contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar a execução do objeto, de modo a assegurar o adequado planejamento e a eficiência da contratação.

10.1. Conceituação

Para fins deste estudo:

- Contratações correlatas são aquelas que guardam relação indireta com o objeto, podendo influenciar sua execução ou desempenho;
- Contratações interdependentes são aquelas diretamente vinculadas à execução do objeto, cuja ausência compromete sua plena operacionalização.

10.2. Identificação das Contratações Relacionadas

Foram identificadas as seguintes contratações associadas ao objeto:

a) Manutenção de equipamentos de cozinha industrial

- Relaciona-se ao adequado funcionamento dos equipamentos que utilizam GLP;
- Impacta diretamente o consumo e a eficiência do uso do combustível.

b) Sistema de prevenção e combate a incêndio

- Inclui extintores, sinalização, inspeções e adequações exigidas pelo Corpo de Bombeiros;
- Essencial para segurança na utilização do GLP.

c) Adequações de infraestrutura predial

- Instalações físicas para acomodação dos recipientes/tanque;
- Eventuais adaptações de rede de gás e áreas técnicas.

d) Serviços de inspeção e conformidade técnica

- Vistorias periódicas exigidas por normas técnicas e regulatórias;
- Garantia de conformidade com exigências legais.

10.3. Análise de Interdependência

No caso da presente contratação:

- O fornecimento de GLP a granel é autônomo em relação à sua execução contratual, uma vez que a solução contempla instalação, manutenção e operação do sistema;
- As contratações identificadas possuem caráter correlato, mas não configuram dependência direta para início da execução do contrato;
- Não há necessidade de contratação prévia obrigatória que inviabilize o início do fornecimento.

10.4. Riscos Associados à Ausência de Contratações Correlatas

A ausência ou inadequação das contratações correlatas pode gerar:

- Redução da eficiência operacional da cozinha;
- Aumento de riscos de segurança;
- Possíveis interrupções no uso adequado do GLP;
- Não conformidade com normas técnicas e de segurança.

10.5. Medidas Mitigadoras

Para mitigar os riscos identificados, recomenda-se:

- Verificação prévia das condições da infraestrutura existente;
- Garantia de regularidade dos sistemas de segurança contra incêndio;
- Acompanhamento das condições dos equipamentos consumidores de GLP;
- Integração entre as equipes responsáveis pelas contratações correlatas.

10.6. Fundamentação Legal

A análise observa:

- Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021;
- Art. 5º (princípios do planejamento, eficiência e segurança);
- Art. 11 (busca da solução mais vantajosa).

10.7. Jurisprudência do TCU

O Tribunal de Contas da União destaca a importância da análise integrada das contratações:

“O planejamento da contratação deve considerar todas as variáveis que possam impactar a execução do objeto, inclusive contratações relacionadas.”

(Acórdão 1.233/2012 – Plenário)

“A ausência de avaliação de contratações interdependentes pode comprometer a efetividade da solução adotada.”

(Acórdão 2.622/2013 – Plenário)

10.8. Integração com o Termo de Referência (TR)

As informações deste item deverão subsidiar o TR, especialmente quanto a:

- Condições de execução do objeto;
- Requisitos de segurança;

- Obrigações da contratada;
- Fiscalização contratual.

Tal integração assegura coerência entre planejamento e execução, conforme art. 6º, inciso XXIII.

10.9. Conclusão

Conclui-se que existem contratações correlatas relevantes, porém não há contratações interdependentes que impeçam o início da execução do objeto.

A solução proposta é autônoma, suficiente e adequada, desde que observadas as condições de infraestrutura e segurança já existentes, estando em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de planejamento recomendadas pelo TCU.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional, orçamentário e estratégico do órgão, sendo essencial para a continuidade das atividades administrativas e finalísticas do CIAA.

Tal alinhamento atende às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle, assegurando maior eficiência, economicidade e segurança jurídica ao processo de contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Nos termos do art. 18, §1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve demonstrar os benefícios esperados, evidenciando ganhos de eficiência, economicidade, segurança e qualidade na prestação do serviço público.

A contratação do fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel proporcionará os seguintes benefícios:

12.1. Garantia da Continuidade do Serviço Público

- Assegura o funcionamento ininterrupto da cozinha industrial;
- Evita paralisações na produção de refeições;
- Suporta as atividades de ensino e formação militar.

12.2. Aumento da Eficiência Operacional

- Redução do tempo gasto com logística de troca de botijões;
- Simplificação do processo de abastecimento;
- Melhoria na gestão do consumo de combustível.

12.3. Redução de Custos Operacionais

- Diminuição de custos com transporte e manuseio;
- Economia de escala com fornecimento a granel;
- Redução de perdas e desperdícios.

12.4. Aumento da Segurança Operacional

- Redução de riscos associados ao manuseio de recipientes móveis;
- Utilização de sistema fixo com dispositivos de segurança;

- Atendimento às normas técnicas e regulatórias.

12.5. Melhoria na Gestão e Controle do Consumo

- Possibilidade de monitoramento contínuo do uso de GLP;
- Maior precisão na medição;
- Apoio à tomada de decisão administrativa.

12.6. Sustentabilidade e Redução de Impactos Ambientais

- Menor emissão de resíduos operacionais;
- Redução de riscos de vazamento;
- Utilização de combustível com menor impacto ambiental relativo.

12.7. Melhoria da Gestão Contratual

- Centralização da responsabilidade em um único fornecedor;
- Facilitação da fiscalização;
- Redução de conflitos contratuais.

12.8. Conclusão

A contratação proposta proporcionará ganhos relevantes em termos de continuidade, eficiência, economicidade, segurança e sustentabilidade, com resultados mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

Tais benefícios demonstram a adequação da solução escolhida ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Providências Prévias à Contratação

Antes da formalização da contratação, a Administração deverá adotar as seguintes medidas:

a) Inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA)

- Garantir que a contratação esteja prevista no PCA vigente;
- Justificar eventual inclusão superveniente.

b) Verificação da Disponibilidade Orçamentária

- Confirmar a existência de dotação orçamentária suficiente;
- Assegurar compatibilidade com a LOA e o planejamento financeiro.

c) Elaboração e Aprovação do Termo de Referência (TR)

- Consolidar os elementos técnicos definidos no ETP;
- Detalhar requisitos, obrigações, critérios de medição e pagamento.

d) Realização da Pesquisa de Preços

- Utilizar fontes oficiais (Painel de Preços, contratações similares, fornecedores);
- Elaborar memória de cálculo do valor estimado.

e) Definição da Modalidade de Contratação

- Preferencialmente por **pregão eletrônico**, em razão da natureza comum do objeto;
- Justificar eventual adoção de outra modalidade.

f) Análise de Riscos

- Identificar riscos relevantes à contratação e execução;
- Definir medidas mitigadoras.

13.2. Providências para Início da Execução Contratual

Após a contratação, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Designação do Fiscal e do Gestor do Contrato

- Formalização por ato administrativo;
- Definição clara de atribuições.

b) Verificação da Infraestrutura

- Avaliar as condições do local de instalação dos recipientes/tanque;
- Garantir conformidade com normas técnicas e de segurança.

c) Articulação com a Contratada para Implantação do Sistema

- Definir cronograma de instalação dos recipientes (P190);
- Acompanhar testes e início da operação.

d) Estabelecimento de Rotina de Fiscalização

- Definir procedimentos de acompanhamento do abastecimento;
- Registrar medições e ocorrências.

13.3. Providências Relacionadas à Segurança e Conformidade

a) Verificação de Conformidade com Normas Técnicas

- Atender às normas da ABNT aplicáveis;
- Observar regulamentações da ANP e do Corpo de Bombeiros.

b) Garantia de Regularidade da Contratada

- Exigir comprovação de autorização da ANP;
- Verificar habilitação técnica e regularidade fiscal.

c) Capacitação Básica da Equipe Envolvida

- Orientar os servidores quanto aos procedimentos de segurança;
- Disseminar boas práticas no uso do GLP.

13.4. Providências de Gestão e Monitoramento

a) Controle de Consumo

- Implantar registros sistemáticos de consumo;
- Monitorar variações e desvios.

b) Avaliação de Desempenho da Contratada

- Utilizar indicadores definidos no ETP/contrato;
- Registrar nível de atendimento e conformidade.

c) Gestão de Riscos Contratuais

- Acompanhar eventos que possam impactar a execução;
- Adotar medidas corretivas tempestivas.

13.5. Integração com o Termo de Referência (TR)

As providências aqui elencadas deverão refletir-se no TR, especialmente quanto a:

- Obrigações da contratada;
- Condições de execução;
- Fiscalização e gestão contratual;
- Requisitos de segurança

13.6. Conclusão

A adoção das providências descritas assegura que a contratação seja realizada de forma planejada, eficiente, segura e em conformidade com a legislação vigente, reduzindo riscos e aumentando a probabilidade de sucesso na execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Identificação dos Impactos Ambientais

A contratação de fornecimento de GLP a granel pode gerar os seguintes impactos ambientais:

a) Emissões atmosféricas

- Liberação de gases decorrentes da queima do GLP;
- Apesar de ser combustível fóssil, apresenta menor emissão de poluentes em comparação a alternativas como lenha ou óleo combustível.

b) Risco de vazamentos

- Possibilidade de vazamento durante o armazenamento ou abastecimento;
- Potencial impacto ao meio ambiente e à segurança.

c) Geração de resíduos

- Resíduos oriundos de manutenção de equipamentos;
- Possível descarte de componentes e materiais associados ao sistema.

d) Riscos associados ao transporte

- Impactos decorrentes da logística de abastecimento (emissões e riscos de acidentes).

14.2. Medidas Mitigadoras

Para reduzir os impactos identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Utilização de equipamentos certificados

- Recipientes e sistemas conforme normas da ABNT;
- Inspeções periódicas para garantir integridade.

b) Conformidade com regulamentação da ANP

- Fornecimento realizado por empresa autorizada;
- Cumprimento das normas de segurança e operação.

c) Prevenção e controle de vazamentos

- Instalação de dispositivos de segurança;
- Monitoramento contínuo do sistema.

d) Destinação adequada de resíduos

- Descarte ambientalmente correto de materiais;
- Atendimento à legislação ambiental vigente.

e) Otimização logística

- Planejamento de rotas de abastecimento;
- Redução de deslocamentos desnecessários.

14.3. Critérios de Sustentabilidade na Contratação

A contratação observará:

- Preferência por soluções que reduzam impactos ambientais;
- Exigência de conformidade com normas ambientais e técnicas;
- Responsabilização da contratada por danos ambientais.

14.4. Indicadores Ambientais

Para monitoramento dos impactos, poderão ser utilizados os seguintes indicadores:

- **Número de ocorrências de vazamento** (meta: zero);
- **Conformidade com normas ambientais (%)** (meta: 100%);
- **Eficiência no consumo de GLP** (redução de desperdícios).

14.5. Responsabilidade Ambiental da Contratada

A contratada deverá:

- Cumprir integralmente a legislação ambiental vigente;
- Responder por eventuais danos causados ao meio ambiente;
- Adotar boas práticas operacionais e de segurança.

14.6. Conclusão

Os impactos ambientais da contratação são **controláveis e mitigáveis**, sendo o GLP uma alternativa energeticamente eficiente e com menor impacto relativo quando comparado a outras fontes.

A adoção das medidas propostas assegura a conformidade com a legislação ambiental e com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente o desenvolvimento sustentável, garantindo equilíbrio entre eficiência operacional e responsabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação do fornecimento de GLP a granel é plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico, operacional e ambiental, sendo a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.


A proposta atende aos requisitos da Lei nº 14.133/2021, às boas práticas de planejamento e às orientações dos órgãos de controle, apresentando-se como medida eficiente, segura e alinhada ao interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEDSON MARTINS DA SILVA

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **VANDA DE OLIVEIRA DA SILVA**
Data: 01/04/2026 10:30:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VANDA DE OLIVEIRA DA SILVA

Gestora